




## A influência da pluriatividade sobre a produção familiar nos assentamentos rurais do estado do Acre

### The influence of pluriactivity on family production in rural settlements in the state of Acre

1. **Weiga Vieira Cavalcante**  <https://orcid.org/0000-0001-7690-2359>

1. Universidade Federal do Ceará  Fortaleza, Ceará, Brasil

2. **Filipe Augusto Xavier Lima**  <https://orcid.org/0000-0003-4235-1311>

2. Universidade Federal do Ceará  Fortaleza, Ceará, Brasil

3. **Cesar Augustus Labre Lemos de Freitas**  <https://orcid.org/0009-0007-5192-1917>

3. Universidade Federal do Maranhão  São Luís, Maranhão, Brasil

4. **Eduardo Miotto Flech**  <https://orcid.org/0000-0002-2138-4424>

4. Universidade Federal do Rio Grande do Sul  Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

**Autor de correspondência:** [cavalcantewv@outlook.com](mailto:cavalcantewv@outlook.com)

#### RESUMO

Este artigo investiga a influência da pluriatividade sobre a produção familiar em assentamentos rurais no estado do Acre, articulando fundamentos teóricos e evidências empíricas. A discussão parte da noção de “nova ruralidade”, que destaca a crescente interdependência entre atividades agrícolas e não agrícolas, bem como o papel da pluriatividade na reconfiguração do meio rural. Este estudo contextualiza a formação dos assentamentos acreanos e sua heterogeneidade territorial, marcada por diferentes estratégias de ocupação e distribuição de famílias. Metodologicamente, utiliza-se um modelo econométrico bivariado (biprobit) a partir de dados do Sistema Nacional de Supervisão de Ocupação (SNSO) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), analisando-se a interdependência entre a condição de beneficiário da política de reforma agrária e a pluriatividade. Os resultados indicam que a pluriatividade está associada a padrões diferenciados de inserção produtiva e à comercialização, revelando disparidades entre os beneficiários da reforma agrária e ocupantes dos assentamentos. Conclui-se que, embora a pluriatividade se configure como estratégia relevante para a diversificação e subsistência, sua efetividade depende da integração de políticas públicas que assegurem infraestrutura, crédito rural e apoio à comercialização, de modo a fortalecer a agricultura familiar nos assentamentos rurais.

**Palavras-chave:** Crédito Instalação; Famílias assentadas; Nova ruralidade; Reforma agrária.

#### ABSTRACT

This article investigates the influence of pluriactivity on family production in rural settlements in the state of Acre, Brazil, integrating theoretical foundations and empirical evidence. The discussion is grounded in the notion of “new rurality,” which highlights the

---

growing interdependence between agricultural and non-agricultural activities, as well as the role of pluriactivity in reshaping rural areas. This study contextualizes the formation of Acre's settlements and their territorial heterogeneity, characterized by different strategies of occupation and family distribution. Methodologically, a bivariate econometric model (biprobit) is employed using data from the National Occupation Supervision System (SNSO) of the National Institute for Colonization and Agrarian Reform (Incra), analyzing the interdependence between being a beneficiary of agrarian reform policy and pluriactivity. The results indicate that pluriactivity is associated with differentiated patterns of productive integration and commercialization, revealing disparities between agrarian reform beneficiaries and settlement occupants. It is concluded that, although pluriactivity constitutes a relevant strategy for diversification and subsistence, its effectiveness depends on the integration of public policies that ensure infrastructure, rural credit, and support for commercialization, in order to strengthen family farming in rural settlements.

**Keywords:** Installation Credit; Settled Families; New Rurality; Agrarian reform.

## Introdução

A discussão em torno da reforma agrária, entendida como uma política de Estado voltada a reduzir as injustiças sociais por meio da redistribuição da terra, ganhou força no auge do regime militar e estende-se até os dias atuais (Delgado, 2005; Delgado; Bergamasco, 2017). Ao longo do tempo, essa proposta assumiu diferentes concepções, que variam desde o confisco de terras até interpretações que esvaziaram o sentido original da reforma agrária, cujo propósito era garantir justiça social àqueles que possuíam força de trabalho, mas não dispunham do suporte material necessário para aplicá-la, qual seja, a posse da terra (Delgado, 2005).

Entretanto, ao lado do discurso de partilha e ocupação da terra, emergiu nas últimas décadas uma consciência ecológica global que defende a preservação ambiental como forma de mitigar os efeitos das mudanças climáticas. Nesse contexto, a reforma agrária na Amazônia é frequentemente questionada, uma vez que está associada ao avanço do desmatamento, o que representa um risco significativo para áreas sensíveis da floresta. Assim, estabelece-se um dilema para o Estado: ele deve atender às demandas sociais de acesso à terra, ou alinhar-se às expectativas globais de preservação ambiental? (Guerra *et al.*, 2007).

Os conflitos entre natureza e agricultura na região Norte sempre estiveram em evidência, seja pelos avanços da fronteira agrícola, seja pelo próprio modo de exploração extrativista, o qual teve relevância histórica na ocupação dessa parte do país. A extração da borracha, por exemplo, trasladou um grande contingente de nordestinos para o Norte (Ribeiro, 2015) — em especial para o estado do Acre —, com o objetivo de

---

ocupar e assegurar o domínio de terras fronteiriças com a Bolívia (Pontes, 2016). Tal processo atendeu aos interesses do Estado brasileiro na sua expansão territorial e na incorporação da densa floresta amazônica (Cavalcanti, 1994).

Ademais, a pluriatividade, foco de interesse deste trabalho, no meio rural se apresenta como um fenômeno ligado à modernização do campo. Ela é compreendida como a combinação de pelo menos duas atividades, sendo necessariamente uma delas a agricultura, realizadas por membros de um grupo doméstico unido por laços de parentesco ou convivência. Esses indivíduos compartilham um mesmo espaço de moradia e trabalho e se reconhecem como uma família (Schneider, 2009). Em particular, nos assentamentos rurais, observa-se principalmente a sobreposição de atividades agrícolas, prática mais comum do que a combinação com atividades não agrícolas.

Além disso, a literatura sobre pluriatividade aponta que famílias pluriativas tendem a apresentar rendas superiores às das famílias não pluriativas. Nesse sentido, Lima, Nunes e Lima (2023) identificaram que a condição de pluriatividade está associada a incrementos significativos na renda familiar, evidenciando um diferencial positivo de rendimentos em relação às famílias agrícolas (subgrupo das não pluriativas). No entanto, quando comparadas às famílias não agrícolas, observou-se um diferencial negativo. Ou seja, as famílias pluriativas apresentam rendimentos inferiores aos das famílias não agrícolas, mas superiores aos das famílias exclusivamente agrícolas. Esses resultados foram obtidos a partir da análise dos diferenciais de renda indicados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2014 (Lima, C.; Nunes; Lima, F., 2023).

Tendo como referência empírica os assentamentos rurais do estado do Acre, este trabalho busca analisar a situação produtiva desses locais considerando as especificidades das famílias pluriativas, além de identificar de que forma a pluriatividade afeta as escolhas acerca da produção familiar, seja de maneira positiva ou negativa. Pretende-se, ainda, avaliar a distribuição da produção entre famílias pluriativas e não pluriativas, examinando a relação existente entre o acesso ao crédito rural e a condição de pluriatividade nos assentamentos.

---

A relevância deste estudo reside na necessidade de se compreender os desdobramentos da pluriatividade nos assentamentos rurais do Acre, os quais estão inseridos em um contexto marcado por transformações produtivas, sociais e institucionais. Embora a literatura sobre pluriatividade no Brasil tenha avançado em termos de análises gerais, ainda são escassas as investigações que utilizam dados específicos da Amazônia, especialmente sobre a realidade acreana, estado onde a reforma agrária desempenha papel central na ocupação territorial e no sustento de milhares de famílias. Além disso, a relação entre pluriatividade, produção familiar e acesso ao crédito constitui um tema estratégico, uma vez que evidencia as desigualdades entre beneficiários e ocupantes dos assentamentos e possibilita avaliar a efetividade das políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

### **Nova ruralidade e a pluriatividade no meio rural**

Voltando o seu olhar para o contexto latino-americano, Gómez (2001) formula a noção de “nova ruralidade” para explicar as transformações verificadas nas realidades rurais da região. Para o autor, a clássica oposição entre rural e urbano, atraso e progresso, e agricultura e indústria não é mais capaz de capturar a complexidade do mundo rural contemporâneo, caracterizado pela diversificação econômica, pela emergência de identidades sociais híbridas e pelo fortalecimento das conexões entre o campo e a cidade. Nesse cenário, a pluriatividade se coloca como elemento central, representando a multiplicidade de ocupações e a intensificação das interações entre atividades agrícolas e não agrícolas.

É justamente essa pluralidade que se destaca como elemento fundamental na conformação do novo rural (Moreira, 2000; Wanderley, 2004). Conceitualmente, a pluriatividade tem suas origens nestes termos estrangeiros, que expressam ideias semelhantes, mas com sentidos distintos: “*part-time farming*”, que vem do inglês e se refere à dedicação parcial de tempo à agricultura; e “*pluriactivité*”, do francês, que significa pluriatividade ou multiplicidade de ocupações (Gómez, 2001; Schneider, 2009; Escher *et al.*, 2014).

---

Dessa forma, a pluriatividade pode ser compreendida a partir de duas dimensões: em termos temporais, refere-se ao tempo parcial dedicado a atividades secundárias em relação à agricultura; em termos de origem de renda, diz respeito à vinculação da atividade ao setor agrícola ou não agrícola. Schneider (2009) avança nesse debate ao propor a noção de “família pluriativa” como uma unidade analítica, reconhecendo que a pluriatividade não pode ser tratada como categoria rígida e homogênea. Tal perspectiva permite analisar aspectos econômicos e socioculturais desse fenômeno, incluindo relações geracionais e de gênero, além de distinguir entre grupo doméstico e unidade de produção.

Ainda, Schneider (2009) também destaca o papel do Estado, das políticas públicas e das condições estruturais — como o acesso à infraestrutura, à educação, ao crédito e a mercados — na conformação da pluriatividade. Embora ela possa emergir de forma espontânea, sua consolidação depende de um ambiente institucional e econômico favorável.

Couto, Reis e Silva (2017) apontam que a pluriatividade é influenciada tanto por fatores internos à família — como número de filhos, idade e nível de escolaridade — quanto pelas condições da economia local, incluindo infraestrutura, acesso a serviços básicos de água, saneamento e energia elétrica, localização geográfica, oportunidades de trabalho e custos de oportunidade. Os fatores internos apresentam variações, uma vez que as famílias não são homogêneas. Já os fatores externos tendem a ser mais uniformes, pois todas as famílias de uma região compartilham o mesmo contexto técnico e cultural, estando sujeitas às mesmas condições econômicas locais. Assim, a diversidade na gestão familiar é explicada principalmente pelos fatores internos, enquanto os fatores externos — como a distância entre o assentamento e a cidade, ou a baixa atratividade do mercado de trabalho urbano — ajudam a compreender por que um reduzido número de famílias adota a pluriatividade em um determinado local.

Por fim, se a pluriatividade foi elemento precursor na reconfiguração do campo (Gómez, 2001), é pertinente questionar os fatores que contribuíram para essa transformação. Esses elementos, especialmente a globalização e a digitalização,

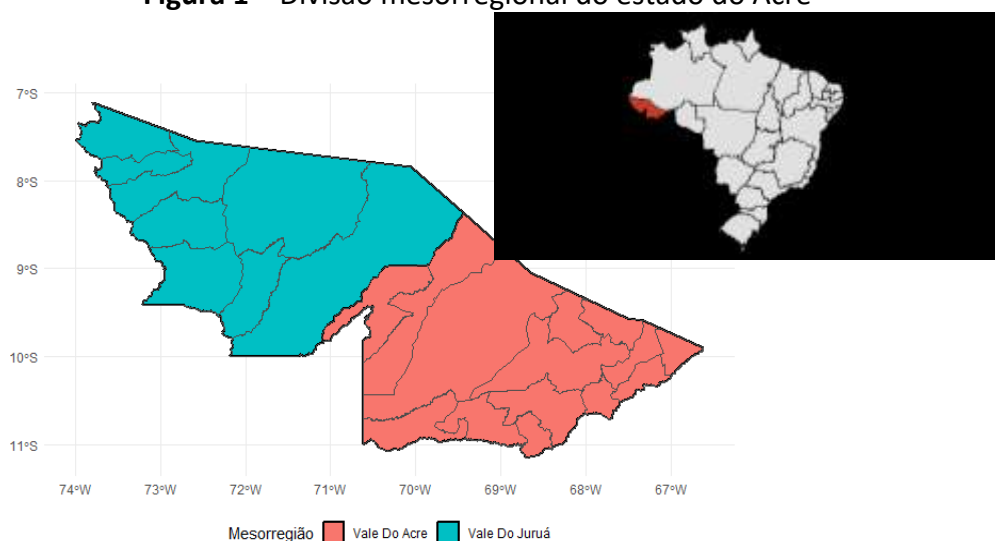
parecem ter acelerado uma mudança generalizada nas dinâmicas sociais e produtivas do espaço rural.

Dando continuidade ao debate sobre a pluriatividade, este estudo objetiva abordar como se verifica esse fenômeno nos assentamentos rurais do Acre, não concentrando esforços exclusivamente na análise da renda, tema já amplamente explorado pela literatura (Couto; Reis; Silva, 2017).

### O estado do Acre e suas divisões regionais

A divisão geográfica do Acre é composta por duas mesorregiões: o Vale do Juruá e Vale do Acre (Figura 1). Além disso, o estado adota o nome do principal município de cada área para denominar suas cinco microrregiões. No Vale do Juruá, encontram-se as microrregiões de Cruzeiro do Sul e Tarauacá, enquanto no Vale do Acre situam-se as microrregiões de Sena Madureira, Rio Branco e Brasiléia. Na Figura 1, estão indicados, além das duas mesorregiões, a divisão de municípios do estado.

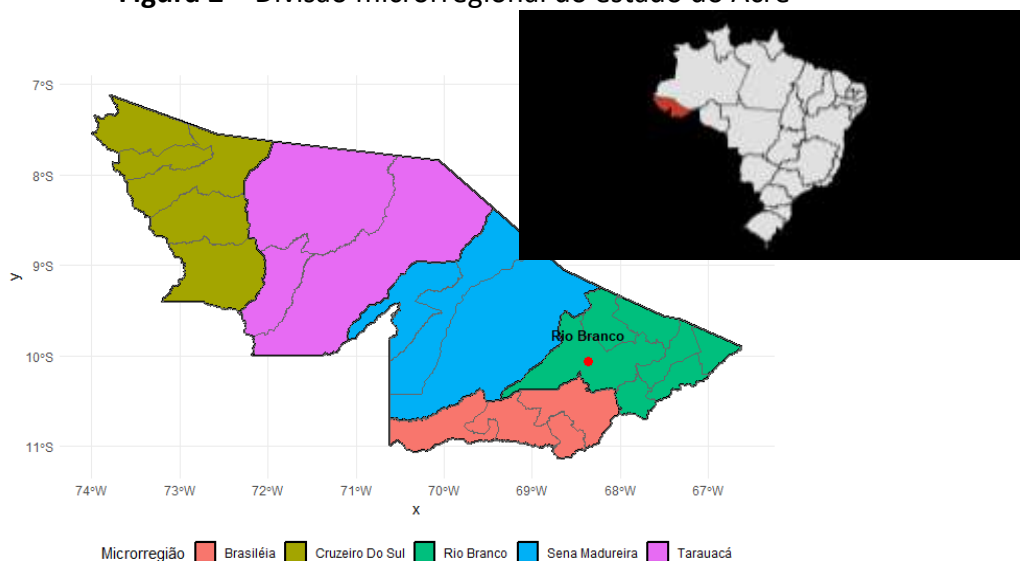
**Figura 1** – Divisão mesorregional do estado do Acre



Fonte: Elaboração dos autores a partir de (IBGE, 2024).

A capital do estado, Rio Branco, está localizada no Vale do Acre e faz parte de uma microrregião homônima, que recebeu o mesmo nome da capital em razão de sua relevância para o estado. Nesse sentido, a Figura 2 apresenta a representação espacial da divisão microrregional territorial do estado.

**Figura 2** – Divisão microrregional do estado do Acre



Fonte: Elaboração dos autores a partir de (IBGE, 2024).

Após essa contextualização das divisões geográficas do estado, prossegue-se com uma descrição quantitativa dos Projetos de Assentamento (PAs) implementados no Acre e das famílias assentadas nesses locais. Essa abordagem é crucial para promover a compreensão acerca da heterogeneidade territorial da política de reforma agrária, visto que a distribuição dos PAs, tanto em termos numéricos quanto de capacidade de ocupação de famílias, varia significativamente entre as mesorregiões do Vale do Juruá e do Vale do Acre. A próxima seção detalha a concentração de famílias e o porte dos assentamentos nos diferentes municípios, fornecendo a base empírica para a discussão das dinâmicas de pluriatividade.

### **Municípios acreanos, quantidades de assentamentos e famílias assentadas**

O estado do Acre, situado na Região Norte do Brasil, reúne 22 municípios, todos contemplados com Projetos de Assentamento (PAs) criados entre 1977 e 2024. Esse longo intervalo temporal evidencia a continuidade da política de reforma agrária no estado, a qual atravessou diferentes contextos históricos e governamentais. Entre os assentamentos, o PA Pedro Peixoto, em Acrelândia, e o PA Boa Esperança, em Sena Madureira, instituídos ainda na década de 1970, configuram-se como os mais antigos, marcando o início do processo de colonização dirigida na região. Para além da relevância histórica, esses projetos também se destacam pela expressiva capacidade de

ocupação de famílias, de maneira que eles se tornaram polos de concentração populacional e referência para a dinâmica fundiária acreana.

Nessa linha, a Tabela 1 evidencia a concentração de famílias assentadas em alguns municípios específicos, revelando padrões relevantes da política de reforma agrária no estado. Nota-se que Acrelândia aparece como um caso atípico: embora disponha de apenas seis assentamentos, concentra 7.334 famílias, número que supera amplamente os dos demais municípios. Esse dado sugere que foi implementada uma estratégia de assentamentos de grande porte na localidade, voltados para absorver maior contingente populacional em menos PAs.

**Tabela 1** – Ranque dos municípios acreanos com maior número de famílias assentadas

Posição	Município	Qtde. _PAs	Famílias assentadas	Cont. posição	Município	Qtde. _PAs	Famílias assentadas
1	Acrelândia	6	7.334	6	Tarauacá	7	2.276
2	Cruzeiro do Sul	11	4.640	7	Rio Branco	13	2.018
3	Sena Madureira	12	2.719	8	Rodrigues Alves	12	1.745
4	Marechal Thaumaturgo	5	2.677	9	Brasiléia	7	1.415
5	Xapuri	6	2.620	10	Capixaba	6	1.167

Fonte: Elaboração dos autores com base nos relatórios do INCRA (2025).

Em contraste, municípios como Cruzeiro do Sul e Sena Madureira apresentam um número expressivo de projetos (11 e 12 assentamentos, respectivamente), mas os assentamentos implementados têm menor capacidade média de famílias (421 em Cruzeiro do Sul e 227 em Sena Madureira). Isso indica uma lógica distinta de distribuição, caracterizada por assentamentos de menor porte, o que possivelmente está vinculado às especificidades territoriais e socioeconômicas locais.

Outro ponto de destaque é a presença de municípios de menor porte populacional, como Marechal Thaumaturgo e Xapuri, entre os primeiros colocados do ranque. Isso reforça a importância dos assentamentos como eixos estruturantes do desenvolvimento local, já que o número de famílias assentadas, nesses dois casos, se aproxima ou até supera o de municípios maiores, como a própria capital, Rio Branco. Apesar de abrigar 13 assentamentos, Rio Branco registra apenas 2.018 famílias assentadas, revelando uma baixa densidade por projeto (cerca de 155 famílias em média), o que pode refletir limitações territoriais ou diferentes critérios de ocupação.

Por fim, a posição de municípios como Rodrigues Alves e Brasiléia, que têm menos de 2.000 famílias assentadas, indica que, embora essas localidades estejam

---

inseridas na lógica da reforma agrária, desempenham papel secundário em termos de volume de famílias beneficiadas.

De forma geral, o ranque evidencia duas dinâmicas complementares: de um lado, municípios como Acrelândia, que concentram assentamentos de grande porte; e de outro, municípios com maior número de projetos, mas menor capacidade média de famílias. Essa heterogeneidade sugere que a política de assentamentos no Acre não seguiu um padrão único, tendo sido adaptada às condições regionais, territoriais e sociais de cada município.

Vale destacar que, em junho de 2025, a Superintendência Regional (SR) do Inca no Acre registrava 165 PAs no território do estado. Chama atenção, entretanto, a inclusão do município amazonense de Boca do Acre<sup>1</sup> na mesma jurisdição administrativa acreana. Esse arranjo evidencia a sobreposição de competências territoriais do Inca, uma vez que esse município, embora localizado no Amazonas, está vinculado à Superintendência do Acre e reúne três PAs, configurando-se como um caso singular na gestão fundiária da região.

A seguir, a Tabela 2 revela o ranqueamento dos municípios acreanos de acordo com a quantidade de assentamentos existentes. Rio Branco ocupa a primeira posição, com 13 PAs, totalizando 2.018 famílias assentadas. Em seguida, figuram Sena Madureira e Rodrigues Alves, ambos com 12 assentamentos, mas com capacidades distintas: enquanto Sena Madureira abriga 2.719 famílias, Rodrigues Alves reúne apenas 1.745, indicando diferenças na densidade média por projeto em cada localidade.

**Tabela 2** – Ranque de municípios com as maiores quantidades de assentamentos

Posição	Município	Qtde. _PAs	Famílias assentadas	Cont. posição	Município	Qtde. _PAs	Famílias assentadas
1	Rio Branco	13	2.018	6	Tarauacá	7	2.276
2	Sena Madureira	12	2.719	7	Brasileia	7	1.415
3	Rodrigues Alves	12	1.745	8	Manoel Urbano	7	992
4	Cruzeiro do Sul	11	4.640	9	Acrelândia	6	7.334
5	Porto Acre	8	979	10	Xapuri	6	2.620

Fonte: Elaboração dos autores com base nos relatórios do INCRA (2025).

---

<sup>1</sup> Esse município dispõe dos PAs Santo Antônio do Peixoto, Tocantins e Mário Lobão. Em razão dos critérios metodológicos estabelecidos, tais assentamentos foram desconsiderados, já que este trabalho compreende apenas o limite geográfico acreano.

Na quarta posição, destaca-se a cidade de Cruzeiro do Sul, com 11 assentamentos, que acomodam 4.640 famílias, evidenciando sua maior capacidade média de ocupação em comparação aos outros municípios do mesmo grupo. Outras localidades, como Porto Acre (oito assentamentos, 979 famílias) e Tarauacá (sete assentamentos, 2.276 famílias), apresentam variação semelhante, refletindo a heterogeneidade entre número de projetos e volume de famílias beneficiadas.

Ademais, Brasiléia e Manoel Urbano, ambos com sete assentamentos, diferem quanto ao número de famílias: eles acomodam 1.415 e 992 famílias, respectivamente. Já Acrelândia e Xapuri, embora figurem entre os municípios que têm apenas seis assentamentos, se destacam pela expressividade da quantidade de famílias assentadas: 7.334 em Acrelândia e 2.620 em Xapuri. O caso de Acrelândia é particularmente relevante, pois, mesmo com menos projetos, a cidade lidera o estado em número de famílias assentadas, sugerindo a indicação de assentamentos de maior porte.

De modo geral, a Tabela 2 evidencia que uma grande quantidade de assentamentos em um município não se traduz, necessariamente, em maior número de famílias beneficiadas. Municípios como Rio Branco e Sena Madureira concentram mais projetos, mas, em média, são menos populosos, enquanto Acrelândia, com menor número de assentamentos, apresenta a mais expressiva capacidade de comportar famílias por projeto, o que revela as diferentes estratégias de implantação da política de reforma agrária presentes no Acre.

No mais, o ranque dos municípios com as maiores médias de famílias assentadas por projeto é apresentado na Tabela 3, permitindo identificar não apenas a concentração de assentamentos, mas também a sua capacidade relativa de ocupação.

**Tabela 3 – Municípios com as maiores quantidades médias de famílias assentadas**

Posição	Município	Qtde. PAs	Famílias assentadas	Cont. posição	Município	Qtde. _PAs	Famílias assentadas
1	Acrelândia	6	1.222	6	Boca do Acre	3	303
2	Marechal Thaumaturgo	5	535	7	Sena Madureira	12	227
3	Xapuri	6	437	8	Brasileia	7	202
4	Cruzeiro do Sul	11	422	9	Capixaba	6	195
5	Tarauacá	7	325	10	Porto Walter	6	193

Fonte: Elaboração dos autores com base nos relatórios do INCRA (2025).

---

O município de Acrelândia ocupa a primeira posição do ranque com larga vantagem, registrando média de 1.222 famílias por assentamento em seus seis projetos. Esse resultado confirma o caráter de grande porte dos assentamentos implantados no município, que já havia se destacado no ranque absoluto de famílias assentadas.

Na segunda posição, Marechal Thaumaturgo apresenta uma média de 535 famílias em cinco assentamentos, revelando uma capacidade significativa em relação ao número reduzido de projetos existentes. Em seguida, aparecem Xapuri (437 famílias em seis assentamentos) e Cruzeiro do Sul (422 famílias em 11 assentamentos), municípios que combinam relevância histórica e estratégica com assentamentos de porte médio-alto.

Na faixa intermediária, destacam-se Tarauacá (325 famílias em sete assentamentos) e o município amazonense de Boca do Acre (303 famílias em três assentamentos), este último um caso particular, conforme já mencionado, que está sob a jurisdição administrativa da SR do Incra no Acre, ainda que localizado fora dos limites territoriais do estado.

Já Sena Madureira e Brasiléia, apesar de figurarem entre os municípios com maior número de assentamentos no estado, apresentam médias mais baixas, correspondentes a 227 e 202 famílias por projeto, respectivamente. Por fim, Capixaba e Porto Walter completam o ranque, com médias inferiores a 200 famílias por assentamento, indicando que seus projetos são de menor porte e mais pulverizados.

## **Metodologia**

Para analisar a pluriatividade em articulação com a condição fundiária, expressa na dualidade entre ser beneficiário da política de reforma agrária e ser ocupante dos assentamentos, é necessário considerar que, ao ser tratada conceitualmente, a pluriatividade pode ser reduzida à dimensão do local de trabalho. Nesse sentido, ser pluriativo e possuir o título da terra configuram uma interdependência imediata, configurando variáveis que se interrelacionam.

As possibilidades dessa inter-relação decorrem da decomposição do conceito de pluriatividade, construído a partir da característica do local de exercício do trabalho

---

(rural ou não rural) e da prerrogativa de geração de rendimentos. A formulação da variável pluriatividade se concentra em identificar famílias em que pelo menos um membro atua em atividades não agrícolas. Nesse cenário, pressupõe-se que a vinculação da pluriatividade exclusivamente ao trabalho no meio rural esteja diretamente associada à propriedade da terra. Ou seja, possuir a terra contribui para a permanência nas atividades agrícolas, assim como a condição de proprietário também influencia a decisão de trabalhar na agricultura.

Dessa forma, ao alinhar os objetivos deste estudo à natureza e ao contexto das variáveis analisadas, compreende-se que a pluriatividade em áreas de assentamentos deve ser observada em conjunto com a condição de beneficiário, uma vez que o título da terra exerce influência significativa sobre a dinâmica pluriativa das famílias, especialmente porque a posse da terra constitui a base para a consolidação das práticas agrícolas.

Para a realização desta pesquisa, a estratégia econométrica adotada foi o modelo Probit Bivariado, usando-se as variáveis codependentes pluriatividade e beneficiários.<sup>2</sup> O Probit Bivariado pode ser estimado pela seguinte representação:

$$\begin{aligned} Y_{1i}^* &= X_{1i}\beta_i + \mu_{1i} \\ Y_{1i}^* &= 1 \text{ se } Y_{1i}^* > 0 \\ Y_{1i}^* &= 0 \text{ caso contrário} \end{aligned} \tag{1a}$$

$$\begin{aligned} Y_{2i}^* &= X_{2i}\beta_i + \mu_{2i} \\ Y_{2i}^* &= 1 \text{ se } Y_{2i}^* > 0 \\ Y_{2i}^* &= 0 \text{ caso contrário} \end{aligned} \tag{1b}$$

Nessa representação,  $Y_{1i}^*$  refere-se a uma variável binária que assume valor 1 para famílias compostas por beneficiários da reforma agrária na data base do Sistema Nacional de Supervisão Ocupacional (SNSO) do Inca (2019-2021) e valor zero para famílias não beneficiárias; e  $Y_{2i}^*$  refere-se a uma variável binária que assume valor 1 para famílias pluriativas que estavam trabalhando (com remuneração ou não) na data base do SNSO e valor zero para outras famílias.

---

<sup>2</sup> Assume-se o valor 1 para beneficiário e valor 0 para não beneficiário ou ocupante, termo este usado pelo Inca.

---

### **A definição de pluriatividade para o estudo**

Partindo da definição do Incra, entende-se que “o assentamento de reforma agrária é um conjunto de unidades agrícolas instaladas em um imóvel rural” (Brasil, 2020). Cada unidade, denominada parcela ou lote, destina-se a uma família de agricultor ou trabalhador rural sem condições econômicas para adquirir um imóvel rural por conta própria. Neste estudo, adota-se o termo “lote” como sinônimo de família, mas entende-se que um único lote pode comportar diferentes famílias.

O número de famílias por lote é captado pela variável “número de moradias no lote”. No banco de dados do SNSO do Incra, existem registros de lotes sem residências, cuja ausência é justificada pela existência de terras comunais.

Conforme informado pelo Incra, “as habitações podem ser construídas em cada lote ou em área coletiva, com instalação de uma agrovila” (Brasil, 2020). Diante dessa informação, fez-se necessário instaurar um tratamento específico no banco de dados, estabelecendo-se a variável “num\_moradias”, na qual valores iguais a zero indicam famílias que não residem no lote onde trabalham. Nesse caso, entende-se que a ausência de residência se deve à existência de terras comunais, onde os assentados vivem em áreas de uso coletivo, como vilas. Porém, a possibilidade de haver terras comunais não exclui a hipótese que uma variável com valor zero esteja articulada a outras situações pessoais, como falta de moradia ou mesmo erro na coleta.

No que tange à variável pluriatividade, esta foi associada à família, sendo considerada em sentido restrito quanto às informações dos trabalhadores principais do grupo familiar (marido e/ou esposa), identificados na base de dados do SNSO como “trabalhador\_1” e “trabalhador\_2”. É importante destacar que esse recorte impõe uma limitação ao conceito pleno de pluriatividade, o qual pressupõe a composição de rendas provenientes de atividades de diferentes setores por membros da família. No presente estudo, a informação se restringe a, no máximo, dois membros. Para que o conceito estivesse em sua plenitude, seria necessário confrontar as atividades de todos os integrantes do grupo familiar para identificar a origem de suas rendas.

---

Assim, utiliza-se aqui o termo pluriatividade restrita, com o objetivo de permitir uma inferência aproximada da pluriatividade plena. O cenário ideal para a construção desse conceito demandaria informações sobre todas as atividades desempenhadas pelos membros do grupo familiar e se estas geram rendas, classificando-as em agrícolas ou não agrícolas. De maneira análoga, neste estudo a pluriatividade é construída a partir da informação de que pelo menos um trabalhador esteja envolvido em alguma atividade dentro ou fora do lote, em jornada de trabalho total ou parcial.

Embora a variável pluriatividade apresente limitações impostas pela base de dados, ela não compromete o objetivo de abarcar as múltiplas atividades desenvolvidas nos assentamentos. É importante destacar que sua construção inclui atividades vinculadas à indústria de transformação, ao artesanato e ao turismo — setores não agrícolas que representam a diversificação produtiva decorrente das recentes transformações no campo e da nova ruralidade, conforme discutido por Gómez (2001).

### **Descrição e tratamento do banco de dados**

A construção da variável pluriatividade neste estudo está condicionada à restrição definida pelo Incra como unidade de medida, correspondente ao lote de terra. Isso significa que um grupo familiar principal ocupa determinado lote, o qual pode contar com outros ocupantes. É importante esclarecer que a dualidade entre beneficiário e ocupante se mantém enquanto oposição no que se refere à posse ou titularidade da terra. São consideradas beneficiárias as famílias titulares reconhecidas pelo Incra como detentoras do direito de posse no momento da concessão da terra. Em contrapartida, moradores que apenas mantêm vínculo familiar ou relação com a beneficiária recebem a classificação de ocupantes, estando ainda condicionados a uma relação de ocupação residencial desprovida de posse, uma vez que os lotes pertencem aos beneficiários que possuem o título da terra.

O Quadro 1, trazido abaixo, apresenta as variáveis empregadas na estimação do modelo, incluindo sua definição, natureza e codificação.

**Quadro 1** – Descrição das variáveis utilizadas na estimação do modelo

MODELO	VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
d_pluriativa	Pluriatividade	Variável dependente: assume valor (0) ou (1), onde 1 corresponde a pluriativa; e 0 não pluriativas
d_situacao_benef	Situação do indivíduo em relação ao lote	Variável binária: 1 beneficiário; 0 não beneficiário (ocupante)
energia_eletrica	Possui energia elétrica na moradia	Variável binária: 1 sim; 0 não
possui_agua	Possui água na moradia	Variável binária: 1 sim; 0 não
d_pecuaria	Desenvolve atividade pecuária	Variável binária: 1 sim; 0 não
d_tracaoanimal	Dispõe de criação de equinos ou asininos ou muares	Variável binária: 1 sim; 0 não
d_ovinos	Dispõe de criação de ovinos	Variável binária: 1 sim; 0 não
d_caprinos	Dispõe de criação de caprinos	Variável binária: 1 sim; 0 não
d_apicultura	Dispõe de criação de apicultura	Variável binária: 1 sim; 0 não
d_avicultura	Dispõe de criação de avicultura	Variável binária: 1 sim; 0 não
d_piscicultura	Dispõe de criação de piscicultura	Variável binária: 1 sim; 0 não
d_suinocultura	Dispõe de criação de suinocultura	Variável binária: 1 sim; 0 não
d_autoconsumo	Destino da produção é o autoconsumo familiar	Variável binária: 1 sim; 0 não
d_comercio	Destino da produção é a comercialização	Variável binária: 1 sim; 0 não
num_moradias	Número de moradias	Variável contínua: número de moradias no lote do assentamento

Fonte: Elaboração dos autores.

A variável dependente, pluriatividade (d\_pluriativa), distingue famílias pluriativas e não pluriativas, enquanto as variáveis explicativas contemplam aspectos socioeconômicos, estruturais e produtivos dos assentamentos, como acesso à infraestrutura básica, situação fundiária, atividades produtivas, destino da produção e acesso a crédito. Essas variáveis foram construídas a partir de dados do SNSO do Incra e adaptadas às especificidades desta análise.

### Discussão dos resultados

Conforme relatório do Incra (2025), a Superintendência Regional do Acre (SR 14) possui 165 Projetos de Assentamento (PAs), com capacidade total para 40.656 famílias. Em 2025, entretanto, registrou-se um total de 34.870 famílias assentadas, de maneira que restaram 5.786 vagas ociosas.

A Figura 3 evidencia a trajetória da política de assentamentos no Acre entre 1977 e 2025, marcada por três hiatos significativos na criação de novos projetos. Os dois

primeiros ocorreram em um contexto de restrição democrática, sendo anteriores à restauração do voto popular, e o terceiro manifestou-se de forma mais recente, após a interrupção do governo Dilma Rousseff (2011-2016). Tais hiatos expressam rupturas no compromisso estatal com a reforma agrária, resultando na fragilização das ações de redistribuição de terras e no enfraquecimento das estratégias de mitigação das desigualdades sociais.

**Figura 3** – Distribuição da quantidade de PAs no Acre por ano (1977 a 2025)



Fonte: Elaboração dos autores com base nos relatórios do INCRA (2025).

\* Para a elaboração dessa Figura, foi considerado o ano de criação de cada PA.

No mais, vale destacar que as interrupções pontuais na criação de PAs — isto é, os anos singulares em que não foram instituídos novos assentamentos — refletem momentos de instabilidade política. Considerando a Figura 3, observa-se no período analisado a ocorrência de três quedas desse tipo, todas coincidentes com períodos de instabilidade no governo nacional. Em 1990, a interrupção relaciona-se à mudança para o governo eleito pelo voto direto, com o início do mandato de Fernando Collor. Já em 1993, o marco é a posse de Itamar Franco, após a renúncia de Collor. Por fim, em 2013, registra-se uma nova interrupção, ainda com Dilma Rousseff à frente do governo. Assim, os hiatos assumem relevância ainda maior, pois sinalizam mudanças estruturais na condução e na manutenção das políticas de distribuição de terras.

Historicamente, as políticas implementadas no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) impulsionaram a criação de assentamentos, sobretudo após as penalidades impostas ao Brasil pela Organização das Nações Unidas (ONU) em decorrência do episódio do massacre de Eldorado dos Carajás/PA, que resultou em

---

mortes e foi interpretado pela comunidade internacional como uma omissão estatal diante da dignidade humana (Delgado, 2005). A partir dessa pressão estrangeira, o governo FHC buscou conferir maior visibilidade à questão da posse da terra, além de instituir políticas e legislações voltadas à população sem-terra. Nesse período, destacou-se também a introdução do mercado de terras articulado ao mercado de crédito. A territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) na década de 1990 constituiu um dos principais fatores que impulsionaram a expansão dos assentamentos (Fernandes *et al.*, 2018).

Frente a esse cenário, os governos posteriores deram continuidade e intensificaram o apoio à política de redistribuição de terras. Durante a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), foram criados 61 assentamentos no Acre, enquanto no governo Dilma Rousseff foram instituídos outros dez assentamentos.

Os assentamentos destacados na Figura 3 são oriundos dos governos Lula e Dilma, que concentraram a maior parte da criação de projetos no Acre. Nos governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022), observa-se um hiato na implementação dessas políticas, marcado por medidas que não promoveram a desconcentração de terras, mas, ao contrário, favoreceram a incorporação fundiária pelos grandes latifúndios.

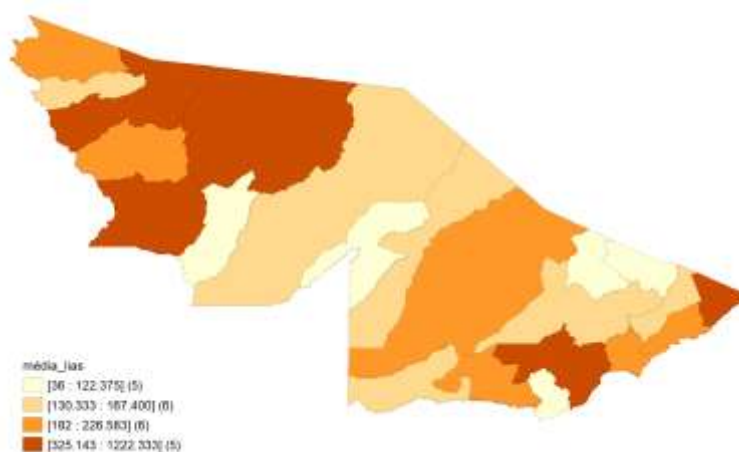
Durante o governo Michel Temer, observa-se a intensificação da proposta de emancipação compulsória dos assentamentos, consolidada por meio da aprovação da Lei nº 13.465 (Brasil, 2017). Tal legislação representou um marco de retrocesso na política de reforma agrária, pois promovia a desestruturação de seu caráter distributivo, interrompendo a criação de novos assentamentos e restringindo o aporte de recursos destinados às políticas públicas voltadas ao setor (Pereira, 2018; Pereira; Alencar, 2018; Cruz, 2025). Além de enfraquecer os mecanismos de acesso à terra, a medida se alinhava à agenda neoliberal predominante no período, que priorizava a liberalização do mercado fundiário e favorecia a concentração de terras em grandes propriedades. Nesse sentido, a reforma agrária deixou de ser concebida como instrumento de justiça social e passou a ser tratada sob a ótica da mercantilização da terra, reproduzindo desigualdades históricas no campo brasileiro.

A criação de novos assentamentos foi retomada recentemente no terceiro governo Lula. Segundo relatório obtido por meio do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) do Incra, entre 2023 e meados de 2025 foram implantados sete novos assentamentos no estado do Acre. Contudo, até meados de 2025, não há evidências da criação de outros projetos além desses já registrados.

Os novos assentamentos abrangem uma área total de 70.855,41 hectares, oferecendo capacidade potencial para acomodar 977 famílias. Observa-se uma distribuição heterogênea desses projetos pelo território acreano, sendo três deles localizados no Vale do Acre e quatro no Vale do Juruá. Essa configuração espacial compreendeu os municípios de Manuel Urbano (três assentamentos), Cruzeiro do Sul (um), Rio Branco (um), Marechal Thaumaturgo (um) e Mâncio Lima (um), evidenciando a diversidade territorial priorizada na implantação dessas iniciativas.

Ademais, a Figura 4 apresenta os quartis da distribuição do número médio de famílias assentadas nos municípios do Acre, evidenciando a configuração espacial heterogênea ao longo do território estadual. Nota-se que as maiores concentrações de famílias assentadas estão localizadas em municípios como Cruzeiro do Sul, Marechal Thaumaturgo, Tarauacá, Xapuri e Acrelândia, destacados na tonalidade mais escura (quarto quartil), cujo intervalo de média varia entre 325 e 1.223 famílias assentadas.

**Figura 4** – Categorização dos municípios acreanos segundo a média de famílias em PAs



Fonte: Elaboração dos autores com base nos relatórios do INCRA (2025).

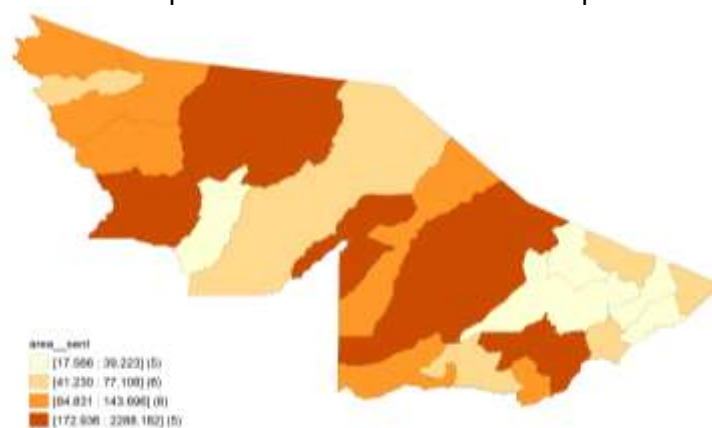
\*Obs.: A legenda indica o montante de famílias assentadas dividido pelo número de PAs.

De fato, essa variação espacial confirma que a distribuição populacional nos assentamentos não é uniforme e reflete fatores locais, como a disponibilidade de terras, características ambientais e políticas públicas específicas. Os dados da Figura 4 reforçam o ranque apresentado na Tabela 1, mostrando que determinados municípios atuam como polos de maior densidade populacional em termos de assentamentos, enquanto outros apresentam menor concentração.

Essa configuração espacial evidencia também a importância de se considerar não apenas o número total de assentamentos, mas também a distribuição e a capacidade média de cada projeto para compreender plenamente a dinâmica da reforma agrária no Acre.

Na sequência, a Figura 5 ilustra os municípios acreanos agrupados em quartis de área dedicada à unidade familiar, sendo que os municípios coloridos em tons mais escuros correspondem aos quartis com maiores áreas. Observa-se que a microrregião que abriga a capital do estado, Rio Branco, possui assentamentos com as menores áreas familiares (entre 17,6 e 39 hectares) no primeiro quartil, embora concentre o maior número de assentamentos (total de 13) e apresente uma média de entre 1.430 e 2.487 famílias assentadas no terceiro quartil, ou, como foi visto anteriormente, o valor de 2.018 famílias assentadas por hectare.

**Figura 5** – Área de PA por unidade familiar nos municípios acreanos



Fonte: Elaboração dos autores com base nos relatórios do INCRA (2025).

\*Obs.: A legenda indica a área municipal dos PAs dividida pelo montante de famílias assentadas.

Ainda, é interessante destacar que a microrregião de Rio Branco, como um todo, apresentou concentração até o segundo quartil. Esse resultado demonstra uma forte integração das políticas de assentamento nessa microrregião, considerando que os demais municípios que a compõem também refletem na distribuição de menores áreas por famílias.

### **Características e composição da produção animal nos assentamentos acreanos**

As condições habitacionais nos assentamentos podem ser avaliadas a partir de indicadores básicos de qualidade de vida, como acesso à água e à energia elétrica. Esses indicadores refletem o papel do Estado como garantidor dos direitos mínimos da população desses locais. Nesse sentido, observa-se, a partir da Tabela 4, que uma proporção significativa de famílias nos assentamentos permanece sem acesso à energia elétrica. Segundo dados do SNSO, 16% das famílias não dispõem desse recurso. Ao se distinguir entre famílias ocupantes e beneficiárias, verifica-se que os ocupantes tendem a apresentar menor acesso à eletricidade em comparação aos beneficiários.

Essa desigualdade no acesso à infraestrutura revela limitações estruturais nas políticas públicas de reforma agrária, evidenciando que a simples concessão da posse da terra não garante condições adequadas de moradia. A persistência dessa vulnerabilidade demonstra uma lacuna na atuação do Estado, configurando-se não apenas como falha administrativa, mas como reprodução das desigualdades históricas no Brasil, onde comunidades assentadas, especialmente ocupantes, enfrentam dificuldades adicionais para acessar serviços básicos e melhorar sua qualidade de vida.

**Tabela 4 – Acesso à energia elétrica e água em famílias de assentamentos do Acre**

		Situação (%)		Total (%)
		Beneficiário	Ocupante	
Energia elétrica	Não (0)	11,32	21,58	15,58
	Sim (1)	88,68	78,42	84,42
	Total	100	100	100
Água	Não (0)	6,97	8,32	7,53
	Sim (1)	93,03	91,68	92,47
	Total	100	100	100

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do SNSO (2019-2021).

Em seguida, a Tabela 5 mostra a distribuição de fontes de abastecimento de água nos assentamentos do Acre segundo a situação das famílias, diferenciando beneficiárias e ocupantes. Observa-se que o poço aparece em primeiro lugar, e 71,02% das famílias declaram que não o utilizam, enquanto 28,98% das famílias relatam seu uso. A cisterna, por sua vez, apresenta baixa adesão, sendo utilizada por apenas 1,02% das famílias; em contrapartida, 98,98% dos grupos familiares analisados não dispõem desse recurso. Ademais, a cacimba aparece como alternativa relevante, sendo utilizada por 36,84% das famílias, embora 63,16% relatem não contar com essa tecnologia. O abastecimento por rede de distribuição é pouco comum, estando presente em apenas 0,24% dos casos, o que indica uma carência significativa desse serviço. Por fim, outras fontes alternativas de água — como igarapés ou nascentes — atendem a 15,17% dessa população, enquanto os 84,83% restantes não recorrem a essas alternativas.

**Tabela 5** – Distribuição de fonte de água em grupos familiares de assentamentos do Acre

		Situação (%)		Total (%)
		Beneficiário	Ocupante	
Poço	Não (0)	67,84	74,93	71,02
	Sim (1)	32,16	25,07	28,98
Cisterna	Não (0)	98,75	99,26	98,98
	Sim (1)	1,25	0,74	1,02
Cacimba	Não (0)	64,7	61,26	63,16
	Sim (1)	35,3	38,74	36,84
Rede de distribuição	Não (0)	99,61	99,95	99,76
	Sim (1)	0,39	0,05	0,24
Outra alternativa de água	Não (0)	80,65	89,98	84,83
	Sim (1)	19,35	10,02	15,17

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do SNSO (2019-2021).

Na busca por aprofundar o estudo acerca da produção no estado, a Tabela 6 apresenta a distribuição das atividades produtivas desenvolvidas pelas famílias assentadas considerando a condição de pluriatividade e a situação fundiária (beneficiário ou ocupante). De modo geral, observa-se que a pecuária e a avicultura são as atividades predominantes tanto entre famílias pluriativas quanto não pluriativas, refletindo a forte presença dessas práticas no meio rural.

**Tabela 6 – Atividades de produção animal desenvolvidas pelas famílias assentadas**

Tipo de produção	Não pluriativa			Pluriativa			Total
	Ocup.	Benef.	Total	Ocup.	Benef.	Total	
Pecuária	46,21	58,58	52,17	60,54	54,11	55,34	53,18
Ovinocultura	1,86	3,17	2,49	7,62	4,06	4,74	3,20
Caprinocultura	0,54	1,17	0,84	2,69	0,85	1,21	0,96
Apicultura	1,16	1,58	1,36	2,69	1,92	2,07	1,59
Avicultura	49,07	59,33	54,01	69,06	52,61	55,78	54,57
Piscicultura	4,72	8,08	6,34	14,35	13,34	13,53	8,63
Suinocultura	17,41	19,58	18,46	32,74	15,58	18,88	18,59
Outra exploração granjeira*	0,7	0,08	0,4	0,9	0,32	0,43	0,41

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do SNSO (2019-2021).

\*Obs.: Carcinicultura, cunicultura, ranicultura e sericicultura incorporadas a outra exploração granjeira.

Entre os não pluriativos, a pecuária representa 52,17% do total das atividades, seguida da avicultura (54,01%) e da suinocultura (18,46%). Esse padrão indica que, mesmo nas famílias cuja renda está concentrada na produção agropecuária, há uma predominância das atividades de maior tradição e menor exigência tecnológica. Destaca-se que, dentro desse grupo, os beneficiários apresentam maior participação relativa na pecuária (58,58%) em comparação aos ocupantes (46,21%), o que sugere que a posse formal da terra pode favorecer o investimento em atividades de maior escala produtiva.

### O destino da produção nos assentamentos

Em termos gerais, a Tabela 7 sintetiza a distribuição percentual da destinação da produção nos assentamentos do Acre, diferenciando famílias pluriativas (1) e não pluriativas (0), bem como beneficiárias e ocupantes. Os dados referentes ao destino da produção abrangem qualquer produto oriundo dos assentamentos, independentemente de sua natureza, não se distinguindo a produção animal e agrícola. Assim, consideram-se na Tabela 7 todos os produtos gerados pelas famílias que tiveram algum tipo de destinação, seja para autoconsumo, comercialização ou outras finalidades.

Nessa linha, constata-se que o autoconsumo representa um destino relevante para a produção animal, especialmente entre famílias pluriativas, sendo que 5,38% delas destina parte da sua produção exclusivamente para consumo próprio, diferentemente das famílias não pluriativas, que reservam apenas 0,88%. Isso sugere que a pluriatividade está associada a uma maior tendência de utilização da produção

animal para garantir a subsistência da própria família, provavelmente em função da diversificação de atividades como estratégia de segurança alimentar.

Em relação à doação, destaca-se uma grande diferença entre famílias pluriativas e não pluriativas. Enquanto 71,3% das pluriativas destinam parte da produção para doação, apenas 45,43% das não pluriativas o fazem. Essa distinção sugere que famílias pluriativas têm maior capacidade de produção excedente ou desfrutam de maior integração em redes sociais e comunitárias que favorecem a partilha, reforçando vínculos locais e estratégias coletivas.

No mais, quanto à destinação da produção para venda dentro da propriedade, as famílias pluriativas apresentam percentual superior (9,22%) em comparação com as não pluriativas (4,17%), evidenciando uma maior inserção econômica e possibilidade de geração de renda interna. Essa diferença se mantém em relação à venda em feiras livres, pois, nesse caso, famílias pluriativas também possuem uma participação mais expressiva (49,57%) em relação às não pluriativas (45,87%). Tal resultado indica que a pluriatividade pode ampliar o acesso a canais de comercialização e mercados locais.

O destino para atravessadores, entretanto, é majoritário entre ambas as categorias, mas está presente em maior proporção em famílias não pluriativas (8,59%) se comparadas às pluriativas (9,66%). Esse resultado sugere que o uso de intermediários continua presente, embora seja menos relevante para famílias pluriativas, que tendem a explorar canais diretos de comercialização.

**Tabela 7 – Destino da produção nos assentamentos do Acre**

	Não pluriativa (0)			Pluriativa (1)			Total
	Benef.	Ocup.	Total	Benef.	Ocup.	Total	
Autoconsumo	0,62	1,17	0,88	5,38	3,42	3,79	76,34
Doação	45,12	45,75	45,43	71,3	60,41	62,5	1,81
Venda na propriedade	3,17	5,25	4,17	8,07	9,5	9,22	50,85
Feira livre	38	54,33	45,87	71,3	44,4	49,57	5,78
Atravessador	8,13	9,08	8,59	16,14	8,11	9,66	47,04
Pequenos mercados	0,85	1,92	1,36	3,59	3,09	3,19	8,93
Redes de varejo	0,39	0,33	0,36	1,79	0,75	0,95	0,55
PAA	0	0	0	0	0	0	0
PNAE	0	0	0	0	0	0	0
Cooperativa	1,55	1,17	1,36	1,79	1,92	1,9	1,53
CEASA	1,39	3,33	2,33	4,93	2,67	3,1	2,57

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do SNSO (2019-2021).

---

Outros destinos, como pequenos mercados, redes de varejo, cooperativas e CEASA, apresentam participação relativamente baixa, mas ainda assim revelam as diferenças entre os dois grupos: famílias pluriativas tendem a acessar mais frequentemente pequenos mercados e CEASA, enquanto o uso de redes de varejo e cooperativas é residual para ambos os grupos.

Por fim, observa-se que programas institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), não aparecem como destino da produção na amostra analisada, o que indica uma ausência ou pouca integração dessas iniciativas nos assentamentos estudados. Em outras palavras, existem desafios para o escoamento de produtos dos PAs para mercados mais estruturados ou políticas públicas de compras governamentais.

Em suma, os dados indicam que a pluriatividade não apenas influencia a quantidade de produtos destinados ao autoconsumo e à doação, mas também amplia canais de comercialização direta, diminuindo a dependência de intermediários e fortalecendo estratégias de diversificação econômica e social.

### **Distribuição da produção entre famílias pluriativas e não pluriativas**

Evidenciando as diferenças entre esses dois tipos de grupos familiares, a Tabela 8 apresenta a distribuição da pluriatividade e do autoconsumo da produção entre ocupantes e beneficiários dos assentamentos. Observa-se que os ocupantes apresentam menor participação em atividades de autoconsumo, com apenas 13,6% consumindo internamente a sua produção, enquanto entre os beneficiários esse percentual atinge 86,4%, o que indica uma maior dependência do autoconsumo para a subsistência. Quanto à pluriatividade, os ocupantes têm menor envolvimento em atividades externas (34,0% dos não pluriativos *versus* 66,0% dos pluriativos), ao passo que os beneficiários apresentam maior incidência de pluriatividade (22,4% são não pluriativos e 77,6% pluriativos).

Essa distinção aponta a existência de estratégias econômicas divergentes: enquanto o grupo dos beneficiários prioriza a segurança alimentar interna, os ocupantes buscam maior diversificação e inserção em atividades fora da unidade produtiva.

**Tabela 8** – Distribuição da pluriatividade e do autoconsumo da produção entre ocupantes e beneficiários dos assentamentos

	Não pluriativa (0)			Pluriativa (1)		
	d_auto-consumo (0) (%)	d_auto-consumo (1) (%)	Total	d_auto-consumo (0) (%)	d_auto-consumo (1) (%)	Total
Ocupante (%)	34,02	65,98	100	7,77	92,23	100
Beneficiário (%)	22,41	77,59	100	49,72	50,28	100
Total (%)	27,88	72,12	100	44,02	55,98	100
	Pearson chi2(1) = 53.0747 Pr = 0.000 Cramér's V = 0.1293 gamma = 0.2821 ASE = 0.037			Pearson chi2(1) = 174.6266 Pr = 0.000 Cramér's V = -0.2895 gamma = -0.8429 ASE = 0.033		

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do SNSO (2019-2021).

Na mesma linha, a Tabela 9 mostra a relação entre pluriatividade e inserção no comércio, revelando diferenças importantes entre ocupantes e beneficiários nos assentamentos. Entre os não pluriativos (2.955 registros), observa-se que 65,45% estão envolvidos com atividades comerciais, enquanto que, entre os pluriativos (1.258 registros), essa proporção sobe para 76,63%. Esse dado demonstra que a pluriatividade está associada a uma maior probabilidade de participação no comércio, ampliando as estratégias de geração de renda das famílias assentadas.

Ao se observar os perfis dos assentados, nota-se que, entre os ocupantes, 58,37% dos não pluriativos já estão inseridos em atividades comerciais. Contudo, esse percentual cresce significativamente entre os pluriativos, atingindo 87,93%. Essa diferença reforça a ideia de que, para os ocupantes, a diversificação das atividades produtivas favorece o acesso ao mercado.

**Tabela 9** – Distribuição da pluriatividade e inserção no comércio entre ocupantes e beneficiários dos assentamentos

	Não pluriativa (0)			Pluriativa (1)		
	d_comercio (0) (%)	d_comercio (1) (%)	Total	d_comercio (0) (%)	d_comercio (1) (%)	Total
Ocupante (%)	41,63	58,37	100	12,07	87,93	100
Beneficiário (%)	25,54	74,46	100	25,93	74,07	100
Total (%)	34,55	65,45	100	23,37	76,63	100
	Pearson chi2(1) = 12.5872 Pr = 0.000 Cramér's V = 0.0630 gamma = 0.1345 ASE = 0.037			Pearson chi2(1) = 4.1020 Pr = 0.043 Cramér's V = -0.0444 gamma = -0.1924 ASE = 0.093		

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do SNSO (2019-2021).

Entre os beneficiários, por sua vez, a inserção no comércio se mantém em patamares elevados tanto entre os não pluriativos (74,46%) quanto entre os pluriativos

(74,07%). Ou seja, nesse grupo, a participação comercial não depende fortemente da condição de pluriatividade, mas já constitui uma prática consolidada.

De forma geral, os dados apontam que a pluriatividade desempenha um papel central na ampliação da inserção mercantil, sobretudo para os ocupantes, enquanto os beneficiários apresentam uma trajetória mais homogênea de participação no comércio, independentemente da diversificação produtiva.

### O crédito rural e a pluriatividade nos assentamentos

No que se refere à relação entre crédito e pluriatividade, verificou-se que nem todas as linhas de crédito atenderam às famílias beneficiárias. No caso dos ocupantes, observou-se que eles não se enquadram nos critérios estabelecidos para a obtenção desses benefícios. As modalidades de Crédito Instalação acessadas, segundo os dados do SNSO para o estado do Acre, foram: Apoio Inicial (5,46% dos beneficiários), Fomento (5,33%), Fomento Mulher (8,77%), Habitacional (14,57 %) e Reforma Habitacional (2,45%).

Considerando a condição de pluriatividade, a Tabela 10 apresenta a distribuição, entre as categorias de famílias pluriativas e não pluriativas, de acesso a pelo menos uma dessas modalidades de crédito. Aproximadamente 81% das famílias não pluriativas declararam não terem acessado nenhum crédito. Em contrapartida, entre as pluriativas, o percentual de não tomadoras correspondeu a 50%. Assim, calcula-se aproximadamente que 65% dos beneficiários não acessaram o Crédito Instalação durante o período da pesquisa.

**Tabela 10** – Acesso a pelo menos uma modalidade de Crédito Instalação em assentamentos do Acre

	Crédito			Crédito			
	Não (0) %	Sim (1) %	Total %	Pluriativa	Não (0) %	Sim (1) %	Total %
Pluriativa				Não (0)	60,12	26,25	48,25
				Sim (1)	39,88	73,75	51,75
Total	64,95	35,05	100	Total	100	100	100

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do SNSO (2019-2021).

Ademais, ao se investigar a relação crédito–pluriatividade, observa-se que 75% das famílias que acessaram ao menos uma modalidade de crédito eram pluriativas, ao

---

passo que 60% dos grupos familiares que não tiveram esse acesso eram não pluriativos. Esses resultados revelam que o grupo de famílias pluriativas está mais engajado nas políticas de acesso ao crédito em comparação às famílias não pluriativas.

### **Resultado do modelo econométrico biprobit para as covariáveis pluriatividade e beneficiários**

Como especificação para aceitação da hipótese de dependência entre as variáveis pluriatividade e situação de beneficiário, testou-se a dependência pelo teste Wald,<sup>3</sup> que rejeitou a hipótese nula de independência entre as variáveis. Assim, prosseguiu-se a estimação do modelo no propósito de examinar as probabilidades das condições de ser pluriativo e beneficiário.

A probabilidade de ser titular do lote e trabalhar nele são apresentadas na Tabela 11, na qual é possível ver o efeito marginal das probabilidades mantendo uma das condições constantes, dada a constatação que o parâmetro  $\text{Athrho} = 0,547$  ( $p < 0,001$ ) indica correlação positiva e estatisticamente significativa entre os termos de erro das duas equações. Nesse sentido, o termo de erro do modelo pode estar capturando o efeito de variáveis não observadas, sendo a renda das famílias uma das principais candidatas. É válido ressaltar que a não inclusão explícita da renda constitui uma limitação do estudo, porém a coleta desse dado não estava prevista no escopo original da pesquisa.

Os resultados dos coeficientes do modelo biprobit, considerando as variáveis dependentes pluriatividade e beneficiário (situação de posse da terra),<sup>4</sup> indicam que, entre as escolhas de produção animal — ovinocultura, caprinocultura, avicultura e piscicultura —, não houve significância estatística na equação parcial de pluriatividade. Isso implica que a escolha dessas atividades produtivas não afeta as chances de as famílias diversificarem suas fontes de renda por meio da pluriatividade. O mesmo se

---

<sup>3</sup> O teste de razão de verossimilhança indicou correlação significativa entre os erros das equações ( $\rho=0,498$ ;  $\text{rho} = 0,498$ ;  $\rho=0,498$ ;  $p<0,01$ ;  $p < 0,01$ ;  $p<0,01$ ), justificando a utilização do modelo bivariado probit em detrimento de dois probits separados.

<sup>4</sup> A variável binária *d\_situacao\_benef* (ser beneficiário) é interpretada como um proxy para o grau de engajamento no processo de conquista e posse formal da terra. Tal interpretação se baseia na trajetória dos assentamentos — projetos criados por desapropriação exigem maior mobilização e luta (maior engajamento), conferindo ao título um valor diferenciado na dinâmica econômica familiar.

observa na equação parcial de ser beneficiário: a opção das famílias por essas produções animais não altera a probabilidade de estarem engajadas na luta pela titulação da terra.

**Tabela 11** – Resultados da estimação do probit bivariado: interdependência entre pluriatividade e situação de posse da terra como variáveis dependentes

	d_pluriativa	EP		d_situacao	EP
energia_eletrica	0.444***	[0.0601]	energia_eletrica	0.552***	[0.0694]
possui_agua	-0.111	[0.0816]	possui_agua	-0.108	[0.0896]
d_pecuaria	0.172**	[0.0525]	d_pecuaria	-0.238***	[0.0549]
d_tracaoanimal	-0.111	[0.0578]	d_tracaoanimal	0.411***	[0.0586]
d_ovinos	0.161	[0.127]	d_ovinos	0.226	[0.123]
d_caprinos	0.0471	[0.214]	d_caprinos	0.0407	[0.215]
d_avicultura	0.105	[0.176]	d_avicultura	0.219	[0.170]
d_piscicultura	0.047	[0.0491]	d_piscicultura	-0.0415	[0.0502]
d_suinocultura	0.256**	[0.0810]	d_suinocultura	0.392***	[0.0768]
d_autoconsumo	-0.186**	[0.0604]	d_autoconsumo	-0.0781	[0.0631]
d_comercio	0.150**	[0.0527]	d_comercio	0.000614	[0.0552]
_cons	0.133*	[0.0537]	_cons	0.231***	[0.0573]
Atrrho	0.547***	[0.0309]			
N	3668				

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do SNSO (2019-2021).

Obs.<sup>1</sup>: *Standard errors in brackets.*

Obs.<sup>2</sup>: \* p < 0,05, \*\* p < 0,01, \*\*\* p < 0,001.

No que se refere à variável pecuária, observam-se dois tipos de comportamento em relação às covariáveis. Quanto à variável dependente pluriatividade, verifica-se uma relação positiva, o que significa que a escolha pela atividade pecuária aumenta as chances de as famílias diversificarem suas fontes de renda (tornando-se pluriativas) como forma de manter a produção pecuária. Por outro lado, o efeito da variável pecuária sobre a covariável situação de beneficiário apresentou sinal negativo, indicando que a opção pela pecuária reduz as chances de as famílias assentadas estarem engajadas na luta pela titulação da terra.

As significâncias das variáveis “autoconsumo” e “comércio” na equação parcial da pluriatividade reforçam os efeitos associados à diversificação da renda. A condição de subsistência, representada pela variável “d\_autoconsumo”, atua como um entrave à diversificação, motivo pelo qual o coeficiente apresenta sinal negativo. Em contrapartida, a comercialização da produção constitui um fator decisivo para a

---

ampliação das fontes de renda, de modo que a escolha por comercializar os produtos eleva as chances de as famílias se tornarem pluriativas.

### **Considerações finais**

As análises realizadas demonstraram que a pluriatividade se constitui como um dos principais vetores de transformação nos assentamentos acreanos, inserindo-se no debate mais amplo sobre a nova ruralidade. Os resultados deste estudo confirmam que a combinação entre atividades agrícolas e não agrícolas não apenas diversifica as fontes de renda das famílias, mas também representa uma estratégia de sobrevivência diante das limitações estruturais e da baixa integração aos mercados institucionais e formais. Nesse sentido, a pluriatividade revelou-se um mecanismo que aproxima o campo do urbano e evidencia a multiplicidade de racionalidades que orientam a produção e a reprodução social nos assentamentos.

A aplicação do modelo econométrico bivariado (biprobit) em conjunto com as tabelas cruzadas permitiu captar a interdependência entre a condição fundiária e a pluriatividade, destacando diferenças expressivas entre beneficiários da reforma agrária e ocupantes dos assentamentos. Enquanto os beneficiários se mostraram mais dependentes do autoconsumo e de práticas tradicionais de subsistência, os ocupantes manifestaram maior adesão a atividades externas e ao comércio. Além disso, os resultados indicaram que as famílias pluriativas apresentam maior acesso ao Crédito Instalação, o que revela um maior engajamento nas políticas públicas disponíveis, embora esse acesso ainda seja restrito e desigual.

Dessa forma, o estudo reforça que a reforma agrária, para cumprir seu papel de instrumento de justiça social, precisa ir além da simples concessão da terra, integrando ações estruturais que assegurem infraestrutura, crédito e canais de comercialização. Somente a partir dessa articulação será possível transformar a pluriatividade em um vetor de fortalecimento da agricultura familiar, ampliando sua sustentabilidade econômica e social. Assim, a realidade dos assentamentos acreanos confirma a urgência de políticas públicas mais inclusivas, capazes de enfrentar desigualdades internas, valorizar a diversidade produtiva e promover um desenvolvimento rural mais justo e sustentável.

---

Outrossim, a discussão sobre o destino da produção familiar nos PAs é fundamental para este estudo. Se, por um lado, o direito à terra busca mitigar desigualdades fundiárias, por outro, a falta de políticas governamentais eficazes de escoamento e comercialização compromete o sucesso produtivo, levando as famílias a recorrerem à pluriatividade como principal estratégia de sobrevivência e diversificação. É imperativo, portanto, que o Estado crie mecanismos de apoio que reconheçam e integrem as especificidades da produção dos assentamentos rurais aos canais de comercialização.

A análise dos assentamentos no Acre revela que a efetividade da reforma agrária não pode ser avaliada apenas pelo número de projetos criados, mas também precisa ser analisada pelo viés da continuidade das políticas públicas e garantia de infraestrutura básica às famílias assentadas. Os hiatos observados em determinadas gestões governamentais, bem como a insuficiência de recursos e investimentos em serviços essenciais, mostram que a simples concessão da posse da terra não é suficiente para promover a desconcentração fundiária e reduzir desigualdades históricas. Nesse sentido, é urgente que futuras políticas de reforma agrária integrem de forma consistente a criação de novos assentamentos com planos estruturados de infraestrutura, acesso à energia elétrica e água potável, assistência técnica e apoio produtivo. Somente assim será possível transformar a terra distribuída em um instrumento efetivo de justiça social, fortalecendo a cidadania e promovendo o desenvolvimento sustentável no meio rural brasileiro.

### **Referências**

BRASIL. **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017**. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm). Acesso em: 27 set. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Assentamentos. **[Portal do] Incra**, 28 jan. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>. Acesso em: 10 set. 2025.

CAVALCANTI, T. J. S. **Colonização no Acre**: uma análise socioeconômica do projeto de assentamento dirigido "Pedro Peixoto". Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1994. (UFC, dissertação, mestrado em Economia Rural).

---

COUTO, V. A.; REIS, L. L. M.; SILVA, E. M. Pluriatividade e renda familiar no projeto de assentamento São Jorge e São José (PASJ), região cacauzeira, Bahia. **Revista Macambira**, v. 1, n. 1, p. 52-70, 2017.

CRUZ, M. P. M. **Mercado de terras, assentamentos rurais e regularização fundiária: estudos sobre a experiência do estado do Ceará**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2025. (UFC, tese, doutorado em Economia Rural).

DELGADO, G. C. A questão agrária no Brasil: 1950-2003. In: JACCOUD, L. (org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 51-90.

DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 2017.

ESCHER, F. *et al.* Caracterização da pluriatividade e dos plurirrendimentos da agricultura brasileira a partir do Censo Agropecuário 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 643-668, 2014.

FERNANDES, B. M. *et al.* La experiencia brasileña de la lucha por la tierra y la reforma agraria. In: FERNANDES, B. M.; RINCÓN, L. F.; KRETSCHMER, R. (org.). **La actualidad de la reforma agraria en América Latina y El Caribe**. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 15-40.

GÓMEZ, S. E. Nueva ruralidad? Un aporte al debate. **Estudios Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 5-32, out. 2001.

GUERRA *et al.* Ecologia política da construção da crise ambiental global e do modelo do desenvolvimento sustentável. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 8, n. 1, p. 9-25, mar. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Malha territorial do estado do Acre**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>. Acesso em: 20 set. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Relação de projetos de assentamentos criados e reconhecidos pelo Incra**. Brasília, 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos-relacao-de-projetos>>. Acesso em: 8 set. 2025.

LIMA, C. F.; NUNES, E. S.; LIMA, F. A. X. O diferencial de rendimentos no meio rural brasileiro entre as famílias pluriativas, agrícolas e não agrícolas. **Revista GEOSUL**, Florianópolis, v. 38, n. 87, p. 166-188, maio/ago. 2023.

MOREIRA, R. J. Críticas ambientalistas à Revolução Verde. **Estudios Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 39-52, out. 2000.

PEREIRA, S. F. Emancipação de assentamentos rurais: a resistência do MST e os anseios do agronegócio. **Revista Equador**, Teresina, PI, v. 7, n. 2, p. 62-78, set. 2018.

---

PEREIRA, S. F.; ALENCAR, F. A. G. Assentamentos rurais no Ceará e os dilemas da emancipação. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, CE, v. 20, n. 3, p. 100-116, dez. 2018.

PONTES, C. J. F. O “El-Dourado Verde”: a guerra do Acre. **South American Journal of basic education, technical and technological**, v. 3, n. 1, 2016.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Global, 2015.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, H. C. de; MARTINEZ VALLE, L. (org.). **La pluriactividad en el campo latino-americano**. Quito: Flacso, 2009. p. 132-161. (Serie FORO, v. 1).

WANDERLEY, M. N. B. Olhares sobre o "rural" brasileiro. **Revista Raíces**, Campina Grande, v. 23, n. 1-2, jan./dez. 2004.

Recebido: 17/01/2026 Publicado: 18/04/2026

Editor Geral: Dr. Eliseu Pereira de Brito